

ADENDO AO RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO DE FEVEREIRO DE 2019

Conforme mencionado no Relatório Mensal de Controle Interno referente ao mês de fevereiro de 2019, o controle do limite da despesa com pessoal somente seria verificado, e controlado de fato, quando tivéssemos a informação quanto à Receita Corrente Líquida do Município, o que veio a ser possível apenas no mês de abril do corrente ano, quando fora encaminhada tal informação à Câmara Municipal. Sendo assim, passamos a completar a análise referente ao item 2.2.2. do relatório supracitado:

2.2.2. Despesa com pessoal

Consideramos como despesa com pessoal as despesas exibidas no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000. O limite legal previsto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê o gasto máximo de 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município com pessoal do Poder Legislativo. Para a análise do limite estabelecido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, primeiramente, há a necessidade de identificar o total dos gastos com pessoal, relacionando as despesas desta natureza, conforme se segue:

DESPESAS:

3.1.90.01.00	Aposentadorias e Reformas	R\$ 21.568,47
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 0,00
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal (inclusive Subsídio Vereador)....	R\$ 291.352,83
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	R\$ 57.091,92
3.1.90.16.00	Outras Desp. Variáveis-Pessoal Civil.....	R\$ 1.867,67
3.3.90.34.00	Outras Desp. Pes.	R\$ 2.040,00
Total das Despesas com Pessoal.....		R\$ 373.920,89

Encontrado o total das despesas com pessoal, passamos a verificar o percentual do gasto com pessoal do Poder Legislativo em relação à receita corrente líquida do Município, tomando por base o disposto no §2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a saber, somamos a despesa com pessoal realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, o que totalizou o valor de R\$ 4.800.827,99 (quatro milhões, oitocentos mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa e nove centavos). A receita corrente líquida do Município, no mesmo período, totalizou R\$ 212.466.313,01 (duzentos e doze milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, trezentos e treze reais e um centavo). Sendo assim, o valor total das despesas com pessoal do Poder Legislativo no período apurado representou 2,26% (dois vírgula vinte e seis por cento) da receita corrente líquida do Município, ou seja, bem aquém do limite de 6% (seis por cento), bem como dos limites prudenciais previstos no parágrafo único, do art. 22, e no inciso II, §1º, do art. 59, ambos da LRF.

Com relação ao limite estabelecido pelo inciso VII, do art. 29, da Constituição Federal, a saber, “o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município”, identificamos que a receita do Município no mês em referência foi de R\$

COMISSÃO PERMANENTE DE**C****ONTROLE INTERNO**

21.154.614,62 (vinte e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos), em contrapartida, o total da despesa com remuneração dos Vereadores no mesmo mês representou o montante de R\$ 118.624,21 (cento e dezoito mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e um centavos), o que equivale a 0,56% (zero vírgula cinquenta e seis por cento) da referida receita. Contudo, somando-se os resultados da receita do Município do mês anterior com a do mês em referência, e da despesa com a remuneração dos Vereadores da mesma forma, chegamos ao percentual de 0,53% (zero vírgula cinquenta e três por cento), ficando, assim, comprovada a obediência ao preceito constitucional supramencionado, tendo em vista que se encontra bem aquém do limite constitucional, um pouco acima de 0,5% (meio por cento) da receita do Município, conforme demonstrado abaixo:

MÊS	RECEITA DO MUNICÍPIO	DESPESAS COM REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	PERCENTUAL PERMITIDO	PERCENTUAL EFETIVADO
Janeiro	R\$ 23.191.502,32	R\$ 115.500,00	5%	0,51%
Fevereiro	R\$ 21.154.614,62	R\$ 118.907,32	5%	0,56%
TOTAL	R\$ 44.346.116,90	R\$ 234.407,32	5%	0,53%

CONSELHEIRO LAFAIETE, 27 DE JUNHO DE 2019.

ANDERSON LEONARDO TAVARES

ÉDIA LUCIENE MAGALHÃES DE CARVALHO NETO

ANDERSON HENRIQUES FERREIRA